

## VANICLÉIA: PRETA, POBRE E MULHER

BRUNA WAGNER<sup>1</sup>

SANDRINE ROBADEY HUBACK<sup>2</sup>

**Resumo:** Após a ruptura com o Colonialismo, o Brasil se viu livre das amarras políticas que possuía com a metrópole, Portugal. Porém, o Colonialismo deixou fortes heranças nos mais diversos setores da nossa sociedade. Mesmo com o fim do regime colonial, o pensamento epistemológico europeu ocidental, as noções de inferioridade racial, cultura e de gênero, em resumo, estruturas de poder delimitadas, deixadas por nossos colonizadores, permanecem presentes até os dias de hoje na sociedade brasileira. Inserida neste cenário encontra-se a figura feminina. A mulher, na cultura ocidental, sempre ocupou um lugar de pouco prestígio em seu meio social, sendo impedida de participar e ter voz nos mais diversos setores da vida pública e privada. No Brasil, ser mulher significou e significa até hoje ocupar uma posição subalterna em relação à ocupada pela figura masculina, em especial mulheres negras. Sendo a mulher um ser de pouca expressão perante a sociedade, personagens femininas presentes nos mais diversos estilos da literatura brasileira também aparecem representadas nesses textos como seres inferiorizados, subjugados e desprovidos de relevância social. A pesquisa em questão busca analisar a partir da perspectiva decolonial os aspectos retóricos da representação da personagem feminina na sociedade brasileira presente no conto *Vanicléia*, da obra *Contos Negreiros* (2005) de Marcelino Freire, visando contemplar aspectos como a época e eixo social em que situa-se a narrativa, tendo em vista demonstrar a hipótese de que as dificuldades enfrentadas pela personagem de Marcelino Freire advém de uma época longínqua mas que deixou heranças fortemente enraizadas no imaginário-coletivo da população brasileira. Trata-se de um trabalho de cunho bibliográfico, tendo como aporte teórico textos de autores como QUIJANO (2005), GROSGOUEL (2008), BUTLER (2015), entre outros. As primeiras conclusões após a realização das leituras nos mostram como a mulher negra, pobre e prostituída ocupa uma posição social visivelmente desprestigiada, sofrendo temores, preconceitos e fragilidades, consequência das relações de poder estabelecidas pelo pensamento eurocêntrico ocidental e da Colonialidade do poder as quais colocam a figura masculina em um lugar privilegiado em relação à feminina.

**Palavras-chave:** Decolonialidade, Colonialidade do Poder, Mulher.

### 1. Introdução

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem - PPGEL, área de concentração de Estudos Literários da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, bolsista CAPES;

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem - PPGEL, área de concentração de Estudos Literários da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, bolsista CAPES.

Durante a época das grandes expansões territoriais e da influência sobre outros povos pelos governos de regime Imperialista, o colonialismo se instaurou por todo o globo. Colonialismo é sinônimo de anexação de território e a perda da soberania das nações ou povos

colonizados. Ao longo do colonialismo foram implantadas políticas de dominação territorial, bem como militar, econômica e cultural das nações dominantes sobre as dominadas, que ficaram conhecidas como políticas Neo-Imperialistas, sendo estas políticas principalmente associadas ao domínio informal predominantemente cultura e/ou econômico.

A Colonialidade advém do Neo-Imperialismo, calcada na suposição de que certos povos são superiores a outros, bem como a dominação de *seres inferiores* por aqueles de *raça superior*. Segundo Figueiredo (s.d.), *a Colonialidade discute a imposição de uma única lógica hegemônica sobre todas as outras culturas, epistemologias, possibilidades e modelos civilizatórios*, ou seja, a Colonialidade é uma forma de domínio político, econômico, cultural que está ligada as heranças políticas e noções hierárquicas deixadas pelo Neo-Imperialismo.

A pesquisa em questão busca analisar os aspectos de Colonialidade presentes na representação da narradora-personagem feminina na sociedade brasileira presente no conto *Vanicléia*, da obra *Contos Negreiros* (2005) de Marcelino Freire. Visamos demonstrar a hipótese de que as dificuldades enfrentadas pela personagem de Marcelino Freire advém de uma época longínqua, mas que deixou heranças fortemente enraizadas no imaginário-coletivo da população brasileira, consequência da época colonial vivenciada em nosso território.

Desde os primórdios da civilização humana a mulher é subjugada e inferiorizada pelo homem. Ela é o outro, o não-comum, o sexo marcado, pois ser *normal* significa pertencer ao sexo masculino, ser homem. Durante o percorrer da história o sexo feminino não teve vez, voz ou vontade, todas as decisões de quem a mulher seria, o que faria e como agiria eram tomadas pelos homens aos quais era subordinada: pai, irmão, marido, etc.

O feminino não é o sujeito que pratica a ação. Ainda assim, pertencer a esse gênero, mas fazer parte da raça e classe consideradas superiores, dão à algumas mulheres um pouco mais de segurança dentro das estruturas de poder que permeiam a sociedade capitalista moderna. No ponto mais baixo dessas estruturas encontra-se o ser de gênero feminino, de cor negra, de classe social baixa, de países não-europeus e colonizados.

## **2. O sistema-mundo capitalista e suas marcas no imaginário-coletivo mundial**

Segundo Grosfoguel (2008), com o advento da concepção de sistema-mundo capitalista, o processo de acumulação constante de capital esteve indissolúvelmente emaranhado de ideologias de cunho racista, homofóbico e sexista. Os sujeitos que fizeram parte da expansão europeia que colonizaram as Américas eram homens, brancos, heterossexuais, cristãos, patriarcais e capitalistas, arraigados de preconceitos e sistemas de ideias heterárquicas globais de desigualdade sexual, de gênero, de classe, bem como racial. Assim sendo, “[...] no

“capitalismo histórico” – entendido como “sistema heterárquico” [...] – o processo de incorporação periférica na acumulação incessante de capital foi sendo constituído por, e enredado com, hierarquias e discursos homofóbicos, sexistas e racistas” (GROSFOGUEL, 2008, p. 134).

Dentre o pacote de hierarquias instauradas no imaginário dos colonizadores europeus estavam presentes as noções de uma “hierarquia étnico-racial global que privilegia os povos europeus relativamente aos não-europeus”, (QUIJANO, 1993, 2000 apud GROSFOGUEL, 2008, p. 122), bem como, de “uma hierarquia global que privilegia os homens relativamente às mulheres e o patriarcado europeu relativamente a outros tipos de relação entre os sexos” (SPIVAK, 1988; ENLOE, 1990 apud GROSFOGUEL, 2008, p. 122), noções estas que ficaram cravadas no imaginário-coletivo das populações dos países colonizados.

Mesmo após o fim do colonialismo, a iniciativa colonial europeia deixou nos países atingidos por ela, como os do território americano por exemplo, marcas veementes de Colonialidade, que, segundo Grosfoguel (2008), na esteira de Quijano, é entendida como *situações coloniais*, ou seja, situações que, sem necessariamente a presença de administrações coloniais, envolvem opressão cultural, política, sexual e econômica por parte dos grupos dominantes. Grosfoguel (2008) faz uma diferenciação entre os termos *Colonialismo* e *Colonialidade* fazendo referência aos conceitos estabelecidos por Quijano, sendo o primeiro termo referente a presença de uma administração colonial, como ocorreu no Colonialismo clássico, e o segundo fazendo alusão as heranças político-econômico-ideológicas deixadas por esse sistema já erradicado nos dias atuais.

O legado deixado pelo Colonialismo contém diversos conceitos *universais* que estão impregnados no imaginário-coletivo das sociedades colonizadas até o presente momento. A forte influência exercida pelos colonizadores sobre os colonizados nos mais diversos aspectos da vida político-econômico-social fizeram com que as populações antes submetidas aos paradigmas impostos pelas nações europeias colonizadoras continuassem a reproduzir os conceitos *universais e absolutos* que lhes foram impostos anteriormente, assim, naturalizando-os em seu seio social, como corrobora Grosfoguel (2008, p. 118),

Os paradigmas eurocêtricos hegemônicos que ao longo dos últimos quinhentos anos inspiraram a filosofia e as ciências ocidentais do “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno” (Grosfoguel, 2005, 2006b) assumem um ponto de vista universalista, neutro e objectivo.

Dessa forma, esses *paradigmas eurocêtricos hegemônicos* acabaram por neutralizar os mais diversos discursos ideológicos, sejam eles racial, social, de gênero, cultural, epistemológico, religioso ou político nos países colonizados. Os discursos eurocentrados

passaram a ser tidos como detentores da verdade única e absoluta. Assim, as populações habitantes destes territórios passaram a incorporar em suas realidades os modelos deixados pelos povos colonizadores, ou seja, a noção de um sistema-mundo baseado em preceitos advindos da influência colonizadora.

Grosfoguel (2008), ao citar Aníbal Quijano (2000), afirma que o sistema-mundo atual pode ser qualificado como um *todo histórico-cultural heterogêneo* (GROSFOGUEL, 2008, p. 123), provido por uma base de poder denominada *matriz de poder colonial*, que afeta os mais diversos, e todos, os aspectos da vida social. Consoante Quijano (2005), um dos eixos fundamentais da *matriz de poder colonial* foi a divisão, ou a classificação, dos povos de acordo com a ideia de *raça*, tida como uma das principais formas e justificativas de dominação e inferiorização dos povos colonizados, como os da América, por exemplo. Como explica Quijano (2005, p. 118),

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais.

Para Quijano (2005), a constituição da América abriu uma nova linha espaço/temporal dos padrões de poder mundiais, sendo o primeiro marco da modernidade. A noção de raça foi o principal fator das novas divisões da população mundial, fator esse que serviu como pretexto para a inferiorização dos povos não-europeus, que, para os conquistadores, possuíam uma estrutura biológica diferente da deles. Assim, de acordo com Quijano (2005), a noção de *raça* se configurou como fundamento primeiro para a separação da população mundial dentro das mais diversas camadas das novas estruturas de poder da sociedade que surgiram a partir do colonialismo, em suma, “no modo básico de classificação social universal da população mundial” (QUIJANO, 2005, p. 118).

Quijano (2005) afirma que, a partir da construção dessa nova noção de classificação mundial dos povos, outras noções de identidades sociais modificaram-se, como, por exemplo, o país de origem de determinados povos, que antes eram tidos apenas como um fator de procedência geográfica, passaram a ter uma conotação diferente a partir das novas formações de relações sociais, enquadrando-se também na ideia de *raça*, assim, o local de origem dos

povos foi associado a uma ideia de *identidade racial*, noção historicamente nova. Dessa forma, para Quijano (2005, p. 117),

[...] na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha.

Ou seja, populações de países da Europa ocuparam posições privilegiadas dentro das escalas hierárquicas de dominação, enquanto os povos de países colonizados, ou daqueles considerados inferiores, desempenhavam os papéis restantes, subdivididos em outras hierarquias de acordo com sua posição na escala de *raça* ou *identidade racial*. “Em outras palavras, *raça* e *identidade racial* foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2005, p. 117).

Para Grosfoguel (2008), além da classificação das populações mundiais a partir da ideia de *raça*, defendida por Quijano (2005), outras noções do patriarcado europeu de hierarquização foram trazidas para as colônias e contribuíram para a construção dessas classificações hierárquicas. Fatores como sexualidade, gênero, epistemologia e espiritualidade foram transformados em “[...] critérios hegemônicos que iriam racializar, classificar e patologizar a restante população mundial de acordo com uma hierarquia de raças superiores e inferiores” (GROSFOGUEL, 2008, p. 124). Assim, todo indivíduo que não se encaixasse no padrão homem, cisgênero, heterossexual, cristão, europeu e branco eram colocados em posições inferiores dentro da hierarquia desenvolvida pelos povos conquistadores.

Grosfoguel (2008), citando o teórico Aníbal Quijano, afirma que, o sistema-mundo atual pode ser conceituado como um *todo histórico-estrutural heterogêneo*, em que a matriz de poder dominante pode ser entendida como de uma “matriz de poder colonial, que afecta todas as dimensões da existência social, tais como a sexualidade, a autoridade, a subjectividade e o trabalho (Quijano, 2000) [...]” (GROSFOGUEL, 2008, p. 123), dessa forma, as heranças deixadas pelo Colonialismo afetaram as mais diversas estruturas sociais de tal forma que até os dias atuais as ideologias trazidas pelos conquistadores europeus estão impregnadas no imaginário-coletivo das populações como modelos a serem seguidos, ou seja, o sistema-mundo em que vivemos está envolto por uma áurea de Colonialidade.

Consoante Grosfoguel (2008), ao contrário do que a perspectiva eurocêntrica afirma, fatores como a *raça*, sexualidade, gênero, religiosidade e epistemologias não são apenas aspectos acrescidos ao atual sistema-mundo capitalista construído a partir das expansões coloniais europeias, mas sim elementos integrantes, entrelaçados e constitutivos do grande emaranhado chamado “sistema-mundo/patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu”

(GROSFOGUEL, 2008, p. 124). As feridas deixadas durante a época colonial ainda se encontram abertas ao redor do mundo, nelas queimam veementemente os conceitos ideológico-político-raciais impostos pelos colonizadores aos povos colonizados.

### **3. Gênero: uma construção cultural**

De acordo com o escopo das ideologias eurocentradas a respeito de quem seria a mulher, podemos resumir a definição do termo como sendo aquela de papel inferior ao homem, genitora, responsável pela manutenção da casa e da criação da prole, desprovida de outros papéis sociais que não sejam os de mãe, esposa e dona de casa. Porém, pertencer ao gênero feminino, que de acordo com Butler (2015) é uma construção social, histórica e cultural, não se encerra somente nessas poucas definições. As mulheres não são todas iguais, não pertencem todas ao mesmo universo. Definir mulher apenas pelo seu lugar subjugado em relação a figura masculina não é suficiente para constituir um padrão homogeneizador do gênero. Mulher não é um termo homogêneo. Existem diversos fatores os quais podemos elencar para distinguir os mais diferentes tipos de mulheres, fatores esses como posição social, raça, fatores econômicos, procedência geográfica, cultura, religião, entre outros. Para Butler (2015, p. 21),

Se alguém "é" uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da "pessoa" transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de "gênero" das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.

Dessa forma, não podemos colocar todas as mulheres numa mesma posição. Pertencer ao gênero feminino não é o único atributo que podemos conferir a uma mulher. Seu lugar perante a sociedade está enredado com diversos outros conceitos, fatores e posicionamentos além da simples marca biológica. A posição em que se encontra uma mulher branca, cisgênero, de origem europeia, abastada financeiramente, cristã e heterossexual será muito diferente da ocupada por uma mulher negra, de descendência africana, pertencente a um país colonizado, pobre e não-cristã. A marcação do gênero é apenas um fator que as aproximam, mas existem múltiplos outros que as afastam dentro das estruturas de poder firmadas a partir das missões colonizadoras.

Fazer a dicotomia entre masculino e feminino como único esquema de separação e diferenciação das estruturas de poder referentes ao gênero é demasiado simplória. Dentro do diálogo entre gêneros há ainda outros eixos de dominação e inferiorização que foram se

cultivando no imaginário-coletivo a partir da diferenciação das raças, como comentado por Quijano (2005). Segundo Butler (2015, p. 22),

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a "especificidade" do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a "identidade" como tornam equívoca a noção singular de identidade.

Assim, lograr a figura feminina em um único elemento homogêneo é um equívoco instaurado pela bipartição masculino/feminino, homem/mulher. Fazer uma classificação da pessoa levando em consideração somente sua marcação de sexo biológico e deixar de lado suas demais *especificidades* faz com que essa classificação seja descontextualizada e de pouca profundidade. Um indivíduo que pertence ao sexo feminino não pode ser reduzido a uma simples separação de macho e fêmea, os demais *eixos de relação de poder* são bases fundamentais para uma construção identitária coerente.

Butler (2015) elucida que em algumas explicações referentes a questão das mulheres, estas, por terem sua marca de diferenciação em relação aos homens construída social e culturalmente, estão presas a um corpo com vários determinismos simplificados implicados a ele, como a categorização do corpo feminino pela diferença biológica, um recipiente passível de um imaginário cultural inflexível. A herança cultural constrói o gênero e o diferencia em superior e inferior, no caso, o primeiro termo faz referência a figura masculina e o segundo a figura feminina. Dessa forma, Butler (2015, p. 28-9) conclui que,

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a "cultura" relevante que "constrói" o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino.

De acordo com Butler (2005), ao citar Beauvoir, o sujeito pertencente tem sua identidade de gênero construída através de um cogito que se apropria desse gênero, assim, ““o corpo” aparece como um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais, ou então como o instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação determina o significado cultural por si mesma” (BUTLER, 2015, p. 29-30). Consoante essa afirmação, podemos entender que o corpo feminino recebe um emaranhado de construções imaginárias criadas pela cultura patriarcal, ou seja, “[...] o corpo é representado como um mero instrumento ou meio com o qual um conjunto de significados culturais é apenas externamente relacionado” (BUTLER, 2015, p. 30).



Conforme a discussão previamente iniciada, Butler (2015) analisa o gênero como uma “marca” de diferença biológica, linguística e/ou cultural” (BUTLER, 2015, p. 31), assim, resumir a diferença de gênero apenas pelo fator biológico pode vir a ser um equívoco pois outros fatores além deste se relacionam para a construção de diferentes entendimentos e posições hierárquicas do gênero. Dessa forma, considerar mulheres de regiões geográficas, religiões, raças distintas, entre outros fatores, como estando submetidas aos mesmos valores culturais e papéis sociais é algo que devemos avaliar cautelosamente.

Butler (2015) afirma que mesmo o gênero feminino sendo “compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente; [...] esse significado só existe em relação a outro significado oposto” (BUTLER, 2015, p. 31), no caso o significado oposto refere-se ao gênero masculino. Dessa maneira, a marcação de diferença de gênero só existe pois há um segundo elemento diferenciador, construído culturalmente, que marca as relações de superioridade e inferioridade dos elementos presentes na cadeia de significação. O homem, o gênero masculino, é tido como o universal, de acordo com Beauvoir, citada por Butler (2015), apenas o gênero feminino é marcado, pois destoa do universal masculino, da pessoa que transcende o corpo, o não-marcado. Assim, Butler (2015, p. 34) argumenta que,

Para Beauvoir, o "sujeito", na analítica existencial da misoginia, é sempre já masculino, fundido com o universal, diferenciando-se de um "Outro" feminino que está fora das normas universalizantes que constituem a condição de pessoa, inexoravelmente "particular", corporificado e condenado imanência.

Porém, existem outras hierarquias de poder dentro dos dois sexos dominantes, masculino e feminino, definidos pela sociedade. Segundo Grosfoguel (2008), a raça é um elemento determinante nas camadas hierárquicas de dominação e poder dentro do conceito de gênero, assim, as relações entre os sexos é inevitavelmente transpassada pela questão racial. Para Grosfoguel (2008, p. 123-4),

[...] ao contrário dos patriarcados pré-europeus em que todas as mulheres eram inferiores aos homens, na nova matriz de poder colonial algumas mulheres (de origem europeia) possuem um estatuto mais elevado e um maior acesso aos recursos do que alguns homens (de origem não-europeia).

Dessa forma, além da marcação de gênero contribuir para a disparidade das relações sociais do sistema-mundo moderno, a marcação racial é também um importante e incisivo fator para separação da população mundial dentro das escalas de poder. Não só os homens têm uma posição de prestígio em relação as mulheres como também as próprias mulheres, dependendo de fatores sociais e de raça em que elas se encontram, ocupam um *status* mais elevado em relação aqueles homens que compartilham de característica sócio-econômico-raciais inferiores a elas. Assim também acontece com as mulheres negras, pobres, de países colonizados, que são

alocadas muitos níveis abaixo daquelas mulheres que possuem raça branca, origem europeia, são economicamente abastadas, etc.

#### **4. *Vanicléia*: preta, pobre e mulher**

Na seguinte análise, trabalharemos com o conto *Vanicléia*, de Marcelino Freire, presente na obra *Contos Negreiros* (2005). A coletânea de contos é transpassada por uma linguagem coloquial, própria dos brasileiros das camadas populares. Trabalha com evocações dos indivíduos mais marginalizados da sociedade brasileira contemporânea como o negro, a mulher, o gay, o transexual, entre outros, marcados pelo preconceito, pela vida obscurecida pelas sombras da sociedade e pelas heranças coloniais arraigadas no imaginário-coletivo da população.

O conto *Vanicléia* apresenta o relato da narradora não-nomeada sobre a situação atual em que se encontra, casada com um marido agressor e desrespeitoso, ocupando um lugar de extremo desprestígio dentro da sociedade contemporânea por ser negra e pelos agravantes de pertencer a classe pobre e ser do gênero feminino. Ao decorrer deste observamos como a posição sócio-econômica-epistemológica na qual a narradora se encontra acaba influenciando diretamente seus pensamentos, atitudes e anseios futuros, bem como influencia o tratamento das pessoas de seu meio de convívio social para com ela.

No conto de Freire temos uma narradora-personagem negra, pobre, casada, ex-prostituta, abertamente discriminada e subjugada pela sociedade em que está inserida, ocupando o lugar mais desprivilegiado dentro das estruturas de poder. Podemos observar a partir da leitura o quão oprimida, desrespeitada e violentada é a mulher negra, prostituída e pobre. No começo do conto somos apresentados a atual situação social em que a narradora se encontra: casada (com um brasileiro). Percebemos a infelicidade presente em suas palavras. A condição a qual está submetida não a faz feliz, pois, mesmo casada, e grávida, estar com este homem não traz nenhuma perspectiva para sua vida. O fato da narradora da história não ser nomeada nos dá a impressão de que ela não é ninguém, de que saber ou não seu nome não fará diferença.

Para a narradora de *Vanicléia*, sua condição anterior era melhor do que a atual. Quando era prostituta tinha a liberdade de viver a ilusão de que um *príncipe gringo* iria levá-la para conhecer outro lugar, que iria enriquecer e se casar com ele. Mesmo tendo em mente que para isso teria que vender seu corpo, aquela posição era mais favorável do que a estava vivendo no momento, pois não havia esperança em estar casada, e grávida, de alguém que não se importa com ela e que não a respeita. Para ela, valia a pena sair do país com um gringo, mesmo sabendo que poderia ser escravizada, pois até mesmo *ser escrava* era uma condição mais favorável para

ela do que a vida que estava levando, “vida de bosta arrependida. De coisa criada” (FREIRE, 2005, p. 41).

Segundo a narradora, os homens brasileiros não tinham valor, a exemplo os policiais que abusaram, estupraram e mataram uma colega prostituta, Vanicléia, que dá título ao conto. Os brasileiros não respeitavam as mulheres, sabiam apenas maltratá-las, estuprá-las e depreciá-las. Para ela o ideal de homem era o europeu, os *gringos*, estes sim eram educados e respeitosos, segundo a narradora, sabiam como tratar uma dama e eram de *outra finura*, por levarem as prostitutas para jantar e se deitarem com elas em colchões d’água. Estes eram os exemplos de respeito que a personagem tinha por parte dos estrangeiros, e apreciava esse tratamento.

Para as prostitutas, estar na presença de um *gringo* era ser respeitada pela sociedade. Porém, a sociedade a *respeitava* não por quem ela era, mas sim por estar acompanhando um estrangeiro que ao final do programa daria uma gorda gorjeta a todos os funcionários dos lugares onde levavam as moças. Segundo a própria narradora, “Acabava saindo rendendo pra todo mundo” (FREIRE, 2005, p. 42). Essa idealização de um outro superior, estrangeiro, acaba a inferiorizando ainda mais, a transformando em párea da sociedade.

No conto de Freire, a narradora-personagem sofre o peso da cor da pele e de seu status econômico e ambiente epistemológico, agravando assim sua situação perante a sociedade em que está inserida. Ela sofre de todos os lados, por pertencer ao grupo mais discriminado que existe, enquadrando-se nos padrões considerados mais marginais de nossa sociedade: mulher, negra, pobre e prostituída. A narradora não busca se libertar das amarras em que vive, imagina outras *menos piores* do que as quais ela está presa. Não há como enxergar uma saída melhor para esta mulher do que encontrar um gringo que a retire das condições em que se encontra, no entanto, por mais alto que ela sonhe seus desejos parecem sem probabilidade de concretização por conta do cenário em sua volta, um ambiente sem esperança.

Ninguém agora vê esta mulher. Antes ninguém a via igualmente, porém ela tinha a ilusão de que era notada. Ninguém se preocupa com sua condição de mulher maltratada e grávida. Ninguém a nota justamente por estar numa posição inferior, subalterna, desprovida de voz e de vez, subjugada e depreciada. Afinal, o que significa ser alguém como ela em nossa sociedade? No cenário em que ela vive? Mesmo a narradora de *Vanicléia* crendo que não merece ser tratada da maneira como é ela não toma nenhuma atitude em relação a isso, talvez por saber que nada adiantaria, que nunca seria ouvida, que sempre teria que respeitar *o homem brasileiro* e se encolher novamente no seu lugar de párea.

## 5. Considerações Finais

A partir das reflexões acima expostas sobre o conto *Vanicléia* percebemos como os valores coloniais estão instaurados no pensamento tanto dos homens quanto das mulheres de nossa sociedade através dos tempos. A cor, o gênero, a posição social, entre outros fatores, influenciam diretamente na subjugação daqueles que, por conta da herança deixada por nossos colonizadores, acreditam-se superiores.

Nas sociedades ocidentais modernas, mesmo mulheres brancas, casadas, abastadas financeiramente, acabaram ocuparam uma posição inferior à dos homens ou sentindo-se ameaçadas pela figura masculina. Porém, ocupar uma posição de mulher, negra e prostituta pode ser considerada como a mais marginal de todas, como no caso da narradora-personagem do conto de Freire. A cor, noção adquirida também com o processo de expansão marítima e de *descoberta* de novas terras, começou a ser um fator determinante de posição social nas sociedades colonizadas. Mesmo com o fim do colonialismo as noções de poder em relação à cor continuam bem divididas na atualidade. Este pensamento foi trazido ao Brasil e se perpetua até o presente momento por consequência da *cultura de Colonialidade* arraigada no pensamento dos cidadãos.

Além da forte subjugação pela marcação de gênero, a personagem ainda pertencia (ou pertence) à uma classe de trabalhadores extremamente discriminada: as prostitutas. Mesmo sendo ex-prostituta, as máculas causadas pela profissão ainda estão presentes em seu pensamento e em sua vida cotidiana, a sociedade não esquece do passado *depravado* da personagem. Sua vida segue marcada pela vida que tivera, e assim será também no futuro, pois, a sociedade machista e patriarcal julga e recrimina as mulheres prostituídas desde os primórdios até a atualidade.

A posição social, seu gênero e sua cor pesam e acabam por calar a narradora de *Vanicléia*, tornando-a incapaz de ser ouvida pelos homens e mulheres de sua sociedade. Às margens da sociedade, nossa narradora não vê perspectivas para o futuro. Esse *vendamento* é resultado de uma sociedade machista, patriarcal, racista, eurocêntrica, fruto do colonialismo vivido pelo Brasil e pelos valores da Colonialidade. A personagem do conto de Freire é fruto de uma sociedade de valores hierárquicos. As mulheres dessa sociedade são desempoderadas, sem oportunidade e subjugadas pelo sistema. Podemos entender que a narradora do conto *Vanicléia* representa uma parcela das mulheres de nosso país, seres a mercê de um sistema machista e patriarcal na qual os valores ditados pelos homens são universais e verdadeiros, em que suas regras devem se aplicar a todos aqueles considerados inferiores.

A marcação de gênero faz com que esse indivíduo sofra um processo de subjugação por parte dos indivíduos do sexo masculino e da sociedade que a cerca. Porém, a narradora presente

no conto analisado não sofre apenas pelo fato de ser mulher, pois, de acordo com Butler (2015), pertencer ao gênero feminino não é o único atributo de um indivíduo, os outros demais fatores e aspectos que permeiam a vida de uma mulher são elementos essenciais da sua construção identitária, o simples fator biológico não é o elemento último que determina sua posição dentro das estruturas de poder. O sexo, mas também a posição social e a raça são elementos de subjugação em *Vanicléia*.

Assim, percebemos como os traços de Colonialidade estão presentes no conto analisado em nossa discussão. Fatores como o gênero e a cor, bem como o lugar epistemológico, desde o princípio da colonização, atravessando os séculos e chegando aos dias atuais, são fatores de exclusão, inferiorização, hierarquização e designação de poder. Em *Vanicléia* é notável as claras hierarquizações de gênero, raça e classe, sendo considerados superiores aqueles indivíduos que se enquadram nos ideais eurocêtricos dessas três categorias, leia-se homens, brancos e abastados financeiramente. Inferiores são todos aqueles que fogem a essa regra, divididos em diferentes níveis hierárquicos.

É necessário descolonizar os padrões hegemônicos instaurados pelo sistema-mundo capitalista moderno, arrancar do seio da sociedade atual a Colonialidade arraigada no imaginário-coletivo das populações. O processo de desmistificação das ideias de *raça*, *gênero* e *classe* é algo árduo, demorado, desafiador, mas necessário para a construção de uma sociedade mais igualitária, sem essas e outras divisões. Dessa forma, ao tentarmos conceber uma nova ideologia desarraigada dos ideais eurocêtricos e de suas divisões, possamos começar a enxergar todos os indivíduos como iguais. Um pensamento utópico, idealizado, surreal talvez, mas capaz de nos trazer a esperança de uma sociedade sem divisas.

## **REFERÊNCIAS**

BUTLER, Judith. **Sujeitos do sexo/gênero/desejo** in **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Tradução Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 17-70, 2015.

FIGUEIREDO, A. B. João. **Colonialidade e Descolonialidade: uma perspectiva ecolacional**. [s. d.].

FREIRE, Marcelino. **Contos Negreiros**. Prefácio de Xico Sá. 1. ed. Record, 2005.

FREIRE, Marcelino. Disponível em: <https://marcelinofreire.wordpress.com/marcelino-freire/>. Acesso em: 26 de julho de 2016.

GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global in Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, p. 115-147, Março de 2008.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina in A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 117-142, 2005.